

# O Mar e os Portos como catalizadores de religiosidade

Geraldo J. A. Coelho Dias



# O Mar e os Portos como catalizadores de religiosidade

Geraldo J. A. Coelho Dias\*

A Religião é uma superestrutura da sociedade e, por isso, quer se seja crente quer não, ela aparece em todas as empresas do homem, mesmo na Idade moderna. Por conseguinte, os portos de mar não podem deixar de estabelecer uma osmose cultural com as estruturas mentais da sociedade. E isto tanto mais quanto navegar, atravessar os mares foi sempre para os homens uma tarefa e uma sedução. É sabida a atracção que a beira mar exerceu sobre a população portuguesa na época moderna, sobretudo depois das Descobertas de Além-Mar, quando os portugueses “deram mundos ao mundo”. Os portos de embarque e chegada, nas embocaduras dos rios ou nas enseadas do mar, tornaram-se, por isso, lugares “chamarizes” de povoamento e habitação. Isso acarretou, naturalmente, muitos problemas para os governantes e para os chefes da religião.

Em Portugal predominou desde a Idade Média a religião católica. Às autoridades eclesiásticas das Dioceses, como garantes da religião oficial instituída, compete gerir a religião e ordenar o território das paróquias, criando-as, desanexando-as de outras pré-existentes, que, porventura, com o andar dos tempos fossem relegadas para segundo plano, ultrapassadas por lugares que lhes ganhassem em dinamismo e crescimento populacional. Veja-se o caso da paróquia da Vila de Esposende que só ganha importância em relação à antiga paróquia de Marinhãs a partir do séc. XVI, quando, devido ao porto de mar junto à foz do Cávado, se tornou freguesia independente e importante, a ponto de, depois, ser feita concelho. Veja-se a importância do lugar de Matosinhos, onde se construiu na foz do Leça o grande porto do Norte, em relação à antiga freguesia de Bouças que suplantou e integrou.

Talvez por isso, é que as autoridades de algumas povoações marítimas do séc. XVI pediam à restaurada Congregação Beneditina Portuguesa para fundarem mosteiros nas suas terras da beira mar. Foi assim em Aveiro, em 1599, quando a Câmara da então Vila escreveu ao rei Filipe II e ao bispo de Coimbra a pedir licença para os beneditinos ali fundarem mosteiro, oferecendo terreno e uma igreja. Pouco depois, o Pe. Manuel Gonçalves, que tinha fundado um hospício com a invocação de S. Jacinto, junto à barra, ofereceu-o ao Geral dos Beneditinos, Fr. Pedro de Basto (Capítulo Geral, Maio de 1602 e Junta de Pombeiro, 20(VIII/1602)<sup>1</sup>. Mas, os monges não quiseram ir para a costa e pediram a Igreja da Vera Cruz na cidade, que não lhes foi concedida, o que fez abortar o pedido<sup>2</sup>, tendo os monges vendido, no governo do abade Geral Fr. Vicente Rangel (1659-62), terras e vinhas que, entretanto, tinham comprado. Foi

---

\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto

<sup>1</sup> *Livro dos Capítulos Geraes, 1570-1611*, Bezerra Nº 1, Códice do Arquivo de Singeverga.

<sup>2</sup> ASCENSÃO, Fr. Marceliano da - *Coronica do Antigo, Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães*, Fl. 292, 300-303; 305; 386; 444, Ms do Arquivo de Singeverga

assim em Cascais, onde o Conde de Monsanto pedia em 1593 ao Capítulo Geral dos Beneditinos a fundação dum mosteiro para garantir assistência espiritual e mediação divina aos que partiam. Foi assim que no Brasil, desde 1580, se fundaram 12 mosteiros sempre à beira mar, apenas no séc. XVII avançando para o interior paulista.

Veja-se como, na actualidade, na costa portuguesa, entre Vila Nova de Gaia e Aveiro, muitas das freguesias que têm praias tinham o seu centro religioso da igreja bastante afastado do mar, exactamente porque, como escreve Ramalho Ortigão, a descoberta das praias é uma realidade dos fins do século passado; o mar coalhado era ainda fonte de medos e terrores. Os banhos de mar entraram tardiamente no hábito português de veranejar. Ao mar iam pescadores ou lavradores à pesca de peixe ou em busca do sargaço para os seus campos ou para tirar o sal, porque as aldeias estavam mais no interior, na zona de cultivo rural. Vejam nas freguesias da extensa corda marítima de Gaia a Aveiro, tirando S. Félix da Marinha, quantos topónimos nos orientam para o mar?

Quanto à vertente popular da religião, não podemos ignorar a sua importância entre as gentes do mar. Em verdade, a sua religiosidade procura fazer a ligação mediática ao sagrado de forma hilemorfística, pessoalmente directa e sentida, sem pruridos de dualismos ou dicotomias e libertas das peias jurídicas da cleresia. Isso brota como uma necessidade interna ou mesmo de situações-limite externas, impondo-se ao nível da consciência pessoal ou comunitária. Deste modo, na religião popular procura-se evidenciar a visão subjectiva e natural, popular e externa, quase telúrica, que a condição do ser humano em situação acarreta. Por isso, acentuam-se e multiplicam-se gestos e ritos no seu formalismo externo e eficácia material ou mágica; valorizam-se as imagens dos santos com que o povo se apega, e os objectos com eles relacionados exercem uma como que atracção metacínética; gosta-se de exteriorizar actos pessoais de sacrifício doloroso e quase masoquista e também de apresentar “ex-votos” e ofertas com que se cumprem promessas; rezam-se mecanicamente terços, orações e ensalmos; apreciam-se finalmente as festas e romarias com que se recria e faz o *transfert* da convivência com Deus e seus santos.

À volta da religião popular há todo um conjunto de atitudes mentais e psicológicas e todo um acervo de cultura material que é bem o espelho da sua condição. É por isso que o próprio carácter anómico, materializado e subjectivo da religião popular pode criar excessos e deturpações, que se traduzem em subformas de cultos, sobretudo no que diz respeito a práticas de fecundidade e fertilidade, ou de práticas quase mágicas quando se trata de exorcizar as forças da natureza, como é o caso das gentes do mar.

Porque a religião popular tem de ser extrovertida e sentida, a festa aparece como momento privilegiado de culto cujo paroxismo pode servir para aferirmos do verdadeiro introsamento e interligação entre religião popular e religião oficial. Hoje em dia, com o progresso técnico, ao acendermos mecanicamente o interruptor da electricidade, com frequência deixamos que se apague o borralho da lareira da nossa velha casa paterna e com ela se extingue e perde a memória das nossas tradições culturais e religiosas. Ora as festas da religião são ainda no nosso país um *topos* privilegiado para o reencontro com a cultura do passado, esse precioso legado do nosso património mental e etnográfico.

A festa religiosa para além de ser, do ponto de vista sociológico, um “estar com os outros” é também e principalmente um tempo e um espaço de encontro com Deus e os santos,

mediadores do sagrado, protectores da nossa devoção, uma ocasião e maneira de os “domesticar” como que tornando-os nossos familiares e participantes nos problemas do corpo e do espírito, da saúde e da doença, da vida e da morte, tanto em terra como no mar.

A religião popular do nosso povo cristão e católico reconhece e multiplica santos patronos e advogados dedicando-lhes capelinhas, altares e nichos quer no alto dos montes quer à beira-mar, nos campos e povoados. Diríamos que se trata dum fenómeno de necessidade psicológica paralelo ao do politeísmo pagão, que criava deuses à imagem dos interesses e necessidades dos homens: deuses para a guerra e para a paz, para o amor e para a vingança, para o comércio e para a arte, para a caça e para a agricultura, para a pesca e para a luta com o mar, para a medicina e para a sabedoria.

Ao mesmo tempo, o homem crente do povo não pode deixar de celebrar e festejar Deus e os seus santos. A festa marca, então, uma ruptura com o tempo banal e trabalhoso, transporta o homem como que ao tempo primordial, ao “*in illo tempore*” dos deuses, dos mitos e da idealização optimista, cria a oportunidade do lazer e do folgar. Em pleno ambiente de alienação festiva, o dinheiro não conta, e através do retroprojector do tempo ouve-se, também ainda, a voz dos deuses e se vê como, no princípio, “tudo era bom, muito bom” (Gen. 1, 12.18.25.31). Quanto mais rural e próximo da terra-mãe, mais o povo tem necessidade da festa e da religião onde o homem todo, no seu corpo e no seu espírito, dá graças a Deus, come melhor e se diverte, reza, canta e dança. Em festas de romaria é que o povo simples e espontâneo sabe fazer a síntese harmoniosa do seu viver, pois a religião popular ignora o que seja fazer a divisão dicotómica e antagónica de festas religiosas e profanas, de festas de santos e de loucos. O religioso, para ele, é sempre originalmente social.

Ora, em Portugal, “país à beira mar, plantado”, tudo isto é soberanamente verdade. De facto, aqui, tudo é perto: as montanhas chegam ao mar ou quebram-se em vales mais ou menos profundos ou largos, que favorecem o minifúndio e aproximam as aldeias; os campos quase entram pelo mar dentro, de modo que, muitas vezes, o lavrador vira pescador e vice-versa.

No nosso país, praticamente tudo é religioso, cristão, e é por isso que em qualquer povoação a igreja paroquial, a matriz, alveja no centro do povoado com a torre a indicar o céu e aparece como ímã catalizador da população e epicentro dinamizador do *habitat* e da sociabilidade; por outro lado, todos os diferentes lugares duma povoação gostam de ter a sua capela mediática e protectora <sup>3</sup>.

Apesar da dessacralização e secularização imperantes, as festas das nossas gentes continuam a ser essencialmente religiosas, situam-se no arco cairológico e diacrónico da liturgia e calendário católico. Depois da hibernação invernos, o verão é o ciclo das festas, quando de Maio a Setembro, o homem religioso se torna, de facto, um *homo festivus*. Domingo após Domingo, pelas aldeias de montanha, pelas freguesias rurais e póvoas marítimas perpassa um ambiente de alegria e festa, a celebrar a osmose entre o povo e os seus santos padroeiros.

Todos sabem como, estruturalmente, a festa religiosa comporta sempre o sagrado e o profano, a igreja e o arraial. Dum lado, a missa, o sermão, a procissão; do outro, os arcos, bandeiras e tapetes de flores, os andores, anjinhos e irmandades, a banda de música, os ranchos

<sup>3</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho - *O Alto Minho em tempo de festas*, “Humanística e Teologia”, VIII, Nº 3, Porto, 1986, 251-282.

folclóricos, os zés pereiras e tambores, os foguetes, as danças e descantes, a feira e os merendeiros, e, à beira mar, as sardinhas e festas do marisco. Não foi sem emoção e admiração que Pièrre Sanchis, observando e analisando as festas do Minho, escreveu o seu curioso e premonitor estudo da religiosidade minhota <sup>4</sup>.

Dentro desta religião popular, os santos e suas imagens funcionam como “isótopos do divino”, símbolos ectrópicos do sagrado. É que os santos são todos áulicos de Deus e não seus rivais, como poderia parecer a quem, falho de simpatia, vê tudo pelo lado de fora; afinal, para o crente popular, tudo o que diz respeito aos santos toca a Deus e ao homem. Venerar um santo é também venerar a Deus. Por conseguinte, a estrutura tipológica de qualquer festa ou romaria engloba sempre como elementos constitutivos:

- 1) - a igreja ou capela - onde se venera a imagem milagrosa do santo que é preciso tocar ou beijar;
- 2) - a romagem - que é preciso fazer para participar da ajuda ou consolação hierofânica que se deseja;
- 3) - o romeiro - religiosamente vestido de festa ou com a mortalha, que vem agradecer ou suplicar e recolhe o respectivo registo que guarda como título de garantia;
- 4) - a promessa - que se tem de cumprir ou “pagar” escrupulosamente ofertando ex-votos, cera ou dinheiro;
- 5) - a festa - que é necessário fazer e gozar.

## II - Mas, como era, então, a religião popular e a devoção das gentes do mar?

Antes de mais, seria interessante estudar os topónimos das freguesias marítimas e verificar como a onomástica não nos orienta para o mar, mas sim para o sistema medieval dos terratenentes e da ruralidade.

Então que há de religiosamente típico do mar nas nossas freguesias atlânticas? Antes de mais, não se pode ignorar a importância do próprio mar nas capelas que entretanto se fundaram, nos santos que aí são invocados, nas confrarias a que se recorreu para criar o espírito de ajuda mútua. Vejam o caso de Esposende, na foz do Cávado. O porto está hoje quase assoreado e abandonado, quando na era das descobertas, cerca de 1527, Esposende foi elevada a Vila. Ali, mesmo junto ao mar, havia uma vida frenética, os estaleiros animavam a foz do rio e davam saída a gente ousada para as armadas ultramarinas, sobretudo do Brasil. Daí derivará a Capela do Senhor dos Navegantes, na Igreja da Misericórdia, com rica talha dourada e curiosa simbologia decorativa e só depois se construirá a Igreja Matriz.

Com as Memórias Paroquiais de 1758, confrontadas com as Inquirições e o Numeramento dos fogos de 1527, seria curioso fazer a inventariação das paróquias, a erecção de igrejas e capelas, o aparecimento de confrarias ligadas às gentes do mar e sublinhar as suas devoções específicas! Para isso, seria preciso percorrer os arquivos das paróquias marítimas para sabermos da sua criação mais tardia e sentir o palpar das suas gentes.

Quanto às devoções, a gente do mar que vê os seus homens partir à aventura, recorre particularmente a Jesus como Salvador e a Maria, mãe de Jesus e Senhora Nossa.

Olhando para Cristo, vêm-no como Senhor Bom Jesus, Senhor dos Aflitos a acolher a

---

<sup>4</sup> SANCHIS, Pierre - *Arraial. Festa dum povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.

súplica angustiada e preocupada de mareantes e seus familiares, tal como o Bom Jesus de Matosinhos Mas, nem por isso, deixará de ser cultuado como Senhor da alegria e da festa, caso do Senhor da Pedra na Granja.

O culto de Maria, Senhora Nossa e Mãe dos honens assume traços cúlticos de mãe carinhosa, sendo invocada por marinheiros, pescadores e familiares, por toda a gente, afinal, como Senhora ds Boa Viagem ou dos Navegantes, Senhora da Guia, do Livramento, da Saúde ou da Soledade. Aos pescadores e suas famílias, estes invocativos ressoam como voto em hora de esperança ou como grito de súplica em horas de tormenta e perigos no mar, emblematizando as mulheres viúvas e filhos órfãos, que em naufrágio perderam marido e pai.

Ao longo da costa, quantas Capelas da Senhora da Bonança ou do Facho, sabendo-se que os fachos ou marcas marítimas prestavam ajuda à orientação dos barcos de pesca na cerração da noite ou nas preocupações dos nevoeiros marítimos.

No caleidoscópio das invocações marianas, não faltam as emblemáticas devoções à Senhora da Boa Viagem, da Guia, da Luz, da Ajuda, do Socorro, do Amparo, das Angústias, do Alívio, da Aparecida, da Esperança, do Desterro, da Atalaia, do Cabo, Agonia, da Assunção, do Bom Rumo, da Bonança, e também de certos lugares marianos como a Senhora da Atalaia, de Belém, da Oliveira, de Porto d'Ave, da Rocha, cujas capelas ou santuários alvejam em tantos lugares ao longo da costa marítima portuguesa ou do interior onde se crê que Maria prodigaliza a sua protecção maternal. A Senhora tem uma infinidade de invocações, sem dúvida porque, nos arquétipos marianos cristãos, Maria congrega os desvelos de verdadeira mãe dos homens. Por isso é que o nosso Santo António dizia que o nome de Maria é “mel na boca, música nos ouvidos e alegria no coração”.

E como não lembrar o culto de santos particularmente ligados à vida da pesca e do mar? S. Pedro, o mais emblemático santo do hagiológico cristão para marinheiros e pescadores. S. Cristóvão, mais nos rios; S. Gonçalo, S. Julião Hospitaleiro, S. Nicolau, S. Raimundo de Penaforte, S. Vicente, que todos são invocados por pescadores e gentes do mar, tendo como emblemas âncoras, barcos, redes, remos.

Se recorrermos à cultura material da religião popular, para as gentes do mar, encontrámo-la como que plasticizada nos *ex-votos*. Podem ser de cera, brandões enormes com a figura humana ou o peso do ofertante, como podem ser pequenos quadros ingénuos, de pintura “naif”, obedecendo a um esteriótipo mais ou mens repetido. São quadros de agradecimento que as pessoas fazem em horas de aflição ou perigo, vindo depois com eles pagar a promessa ao santo com que se apegaram.

Notabilíssimo é o grande quadro ex-voto que se encontra na igreja matriz de Esposende<sup>5</sup>.

Não deixa de ser sintomático o culto de São Telmo, tão premonitoriamente típico dos homens do mar.

S. Pedro Gonçalves Telmo nasceu em finais do séc. XIII em Palência, Espanha. Fez-se dominicano e veio viver para Tui, na Galiza, aqui bem perto. Na sua lenda hagiográfica conta-se que andava de noite com uma luz, pela costa, nos lugares mais perigosos a iluminar os barcos e a livrá-los de naufrágios. Tornou-se muito querido dos marinheiros portugueses e o

<sup>5</sup> SOUSA, Mons. Manuel Baptista de - *História religiosa da paróquia de Santa Maria dos Anjos, Cidade de Esposende*, Esposende, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial, 1993.

seu culto anda, não raro, associado ao de S. Gonçalo, também dominicano, como é o caso de Gaia.

A festa de S. Telmo é festejada a 15 de Abril e as igrejas que lhe são dedicadas chamam-se do Corpo Santo, como acontece no caso da igreja ribeirinha de Massarelos, Porto, ou na do Corpo Santo ou Santos o Velho, Lisboa. Os pescadores do popular bairro de Alfama, Lisboa, festejam-no solenemente.

Parece que o culto de S. Pedro Gonçalves Telmo ou Santelmo, na heortologia cristã assumiu e cristianizou a lenda do fogo meteórico, chama azulada ou faísca eléctrica, chamada Santelmo, que se desprenderia dos mastros e velas de navios em noites de borrasca como prenúncio de bonança. Tal lenda tenta desfazer Frei Amador Arrais nos seus Diálogos e dela diz Camões:

“----- O lume vivo

Que a marítima gente tem por santo.

Em tempo de tormenta e vento esquivo

De tempestade escura e triste pranto”.

E o mesmo Camões numa “Carta da Índia” faz referência à festa rija que os marinheiros organizavam em honra de S. Frei Pedro Gonçalves Telmo: “Se das damas da terra quereis novas, as quais são obrigatórias a huma carta, como marinheiros à festa de S. Frei Pero Gonçalves”<sup>6</sup>.

O popular Gil Vicente na tragicomédia - *Triunfo do Inverno* - , põe estes versos<sup>7</sup>:  
Marinheiro:

Eyllo prcioso santo  
frey Pero Gonçalves bento!

Piloto:

Empara-nos de tanto vento  
co teu precioso manto,  
senhor, libra-nos a mallo.

Gregório:

Demos aa bomba, piloto;  
dai ao demo frey Gonçalo  
E Sam frey Pero Minhoto.

Piloto:

He o bemaventurado  
frey Pero Gonçalves bento.

Para terminar, diga-se que não faltam de temas marítimos *ex-votos* com os tais quadros quase sempre representando barcos em situação de perigo e naufrágio, ou também miniaturas de barcos construídos à mão no santuário do Senhor de Matosinhos ou nas igrejas marianas da

---

<sup>6</sup> *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Organização de Eugénio de Andrade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Morais, 1977, 154.

<sup>7</sup> Cfr. GONÇALVES GUIMARÃES - *A festa de S. Gonçalo em Vila Nova de Gaia: origens e evoluções de um culto de mareantes*, “Revista de Ciências Históricas”, Universidade Portucalense, Vol. VII, 1992, 135-160; LIMA, Augusto César Pires de - *Fogo de Santelmo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Festividades cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984; VASCONCELOS, J. Leite de - *Etnografia Portuguesa*, Vol. VIII, Lisboa, IN-CM, 1982, 245-248.

Senhora da Abadia ou Porto de Ave para apenas referir estas duas do interior norte de Portugal e até onde chegava a fé e devoção das gentes do mar e daqueles que tinham de atravessar o oceano, sobretudo em arriscadas viagens para o Brasil. Bela foi a exposição há anos feita no Museu da Marinha em Lisboa com quadros de ex-votos.

Haveria ainda que falar de ou referir outras coisas:

Confrarias e irmandades (à Senhora da Lapa, a S. Pedro Telmo, a S. Pedro de Miragaia).

Montepios e mútuas.

Construção de barcos e sua bênção.

Onomástica de barcos e sua decoração com símbolos apotropaicos.

Poesias e barcarolas.

Lendas e narrativas da História trágico-marítima.

Para isto seria preciso fazer pesquisa de fontes, basculhar arquivos, ler manuscritos. Hoje, quis apenas chamar a atenção para o rico e curioso material que a gesta dos portos e do mar nos fornece em termos religiosos. Baste-nos que deste pequeno trabalho ressalte a conveniência e necessidade de promover a recolha e organizar o inventário de tudo o que faz a cultura material e patrimonial que traduz a piedade do nosso povo de tão marcadas tradições marítimas e exprime a devoção das gentes do mar, ao fim de contas, a sua história. Afinal, o mar e os portos, que atraíam gentes em contínuo vai-vem, foram, como se vê, grandes catalizadores da religiosidade do nosso povo.

